

**RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.521 - MG  
(2019/0292709-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**REQUERENTE : LUA TADEU DA SILVA COSTA**  
**ADVOGADOS : RAPHAEL QUELOTTI PAIVA - MG169185**  
**ANTONIO CAMPOS NETTO - MG169574**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS**  
**GERAIS**

**DECISÃO**

**LUÃ TADEU DA SILVA COSTA** requer a reconsideração da decisão de fls. 138-139, em que indeferi liminarmente o recurso em razão da insuficiência da instrução.

**A peça faltante foi devidamente juntada, motivo pelo qual reconsidero o referido decisum e passo ao exame do pedido de urgência.**

A defesa requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, por considerar inidônea a motivação adotada para converter sua prisão em flagrante, pela suposta prática do crime de homicídio tentado, em custódia preventiva.

**Indefiro o pedido liminar.**

Em análise perfunctória - inerente a esta fase processual -, noto que, ao converter o flagrante em prisão preventiva, o Juízo de primeiro grau ressaltou o *modus operandi* empregado pelo acusado – que agiu em concurso de agentes, os quais "apontaram armas de fogo para o declarante e realizaram vários disparos em sua direção" (fl. 150). Destacou, ainda, que o ora paciente e os demais acusados "são conhecidos no meio policial pelo envolvimento pelo tráfico de drogas, tentativas de homicídios" (fl. 151).

A Corte local, ao denegar a ordem, consignou que "o paciente é reincidente, já tendo sido definitivamente condenado pelo crime de receptação" (fl. 93).

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva do réu, diante dos indícios de habitualidade delitiva.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, notadamente a respeito da eventual prolação de decisão de pronúncia ou concessão de liberdade provisória ao réu, com o envio de cópia do ato decisório, **via malote digital**.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

